

O DEMOCRATA

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSIGNATURAS (pagamento adiantado)

Anno (Portugal e colonias) 1\$200 réis
Semestre 600 réis
Brazil e estrangeiro (anno) moeda forte 2\$500 réis
Avulso 20 réis
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 108

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

Propriedade da Empresa do DEMOCRATA

Officina de composição, Rua Direita—Impresso na typographia de José da Silva, Praça Luiz de Camões

ANNUNCIOS

Por linha 40 réis
Comunicados 30 réis
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

DR. MANUEL D'ARRIAGA

O 1.º Presidente eleito da Republica Portugueza

Por cento e vinte e um votos da Assembleia Constituinte foi eleito o Dr. Manuel de Arriaga presidente da Republica.

Gentilhomem, elle reune a uma apresentação fidalga, sorridente e cordeal, a hancza, a erudição, a amenidade, a indulgencia e o enlevo de uma raça fina, temperada pelo ardor vehemente d'uma democracia sincera e apaixonada que fez d'elle um poeta, um romantico e um apóstolo.

A sua biblia é a da Humanidade, é esse o livro sagrado e predilecto, que lhe dicta a energia dos momentos solemnes.

Como um bardo sempre na brecha, ou na primeira fila da vanguarda, elle animava os pusillanimes, reprimia a desordenada temeridade dos indisciplinados e cantava sempre o perdão para os vencidos quando chegasse o dia esplendido da victoria.

Filho de Sebastião José de Arriaga Brum da Silveira e Peirelongue e de D. Maria Christina de Arriaga Caldeira, é um aristocrata pelo nascimento, e nas paginas heraldicas da familia vão encontrar-se raizes, dizem os nobiliarios, que remontam a Hugo Capeto e a D. Afonso III.

Isto para quem fosse dominado pela cegueira do sangue azul, teria sido sobejo para o arredar do povo, mas o contrario succedem com Manuel d'Arriaga, cujo coração magnanimo, sempre influenciado pelo amor, o levou a interessar-se, até ao sacrificio, por todos os humildes, por os que soffrem, por todos os miseraveis.

Nascido na cidade d'Horta, ilha do Faial, a 8 de junho de 1840, attingiu os 70 annos com uma vida tão limpida e correcta e tão clara como o crystal mais puro.

Exemplo modelar e incorruptivel de cidadão, a sua escolha honra a patria portugueza, porque homens da tempera de Manuel d'Arriaga, excepcionalmente dotado, que atravez de obstaculos repetidos e prolongados defendem as ideias mais nobres e por ellas se orientam, sem temor e sem desanimo, honram a humanidade e são espelho de virtudes.

A Republica pode contar com a sua isenção e a sua coragem, e estejamos todos certos que a sua affirmacão de manter e cumprir com lealdade e fidelidade a Constituição, observando as leis, promovendo o bem geral e

defendendo a integridade da patria portugueza, não foram palavras vãs e oucas, brotadas da bocca fementida d'um ambicioso.

A sua commoção ao proferir aquella formula dominou o parlamento e os espectadores, porque o momento era solemne, e aquelle velho luctador nunca mentiu. Evangelista d'um credo novo, elle

aos 18 annos da sua cidade natal para Coimbra. Ali, no convívio com a elite intellectual academica, marcou logo o seu logar entre os mais avançados.

Seu pai, porém, é que não gostou do rumo desconhecido e tenebroso, que o filho levava, e suspendeu-lhe a meçada.

Manuel d'Arriaga não af-

mantinha sempre a independencia das suas opiniões com um desassombro que fazia arripiar os lentes e tremer pelos alicerces a velha Universidade medieval.

Foi n'esses tempos e que, deante de Adrião Forjaz, elle proferiu a celebre phrase:—*a bala que feriu Garibaldi em Aspromonte devia estar n'um altar como a hostia consagrada.*

A propaganda absorvia-lhe muito tempo, e nos jornaes, nos comícios, nos saraus e depois no parlamento, assignalou a sua presenca com a abnegação e o civismo, que é a caracteristica do seu espirito.

Ressuma sympathia. E' a sua aureola.

Desde 1870, na Republica, uma gazeta em que entrava Anthero, elle escreveu sempre

Recapitulando:

Perdeu a protecção e auxilio paterno; perdeu o logar de lente na Universidade; perdeu o logar de professor do lyceu; perdeu o logar de lente da Escola Polytechnica; perdeu o logar de preceptor dos filhos de D. Luiz e tudo porquê?

Porque era republicano e nunca soube transigir.

Tal é o homem que hoje está á frente dos destinos do povo portuguez.

Aveiro deve favores especiaes a Manuel d'Arriaga e d'elles se não póde esquecer.

Quando mais accesa corria a campanha contra a intrusão das irmãs da caridade no hospital da Misericordia d'esta cidade, veio aqui e por varias vezes usou da palavra arrastando e seduzindo a multidão.

Ainda, a 20 de março de 1909, fez uma conferencia sobre José Estevam no Theatro Aveirense, e todos que o ouviram sabem a graça e o enthusiasmo com que soube tratar do assumpto, ferindo a nota do anti-clericalismo e provando ser a egreja de sua natureza tyrannica e retrograda.

A sua palavra é doce e firme. Bella como o diamante, é tenaz como essa pedra preciosa, e como ella fulgurante.

A convicção que o domina subjugava quem tinha a felicidade de o escutar quando elle estava no vigor da idade, e ainda hoje, sem a formosura attrahente que era um elemento de seducção, a nobreza do seu caracter, atravez de uma vida já longa, constitue uma força que veio, successiva, tornar a eloquencia de Manuel d'Arriaga infiltrante, commovedora, e d'uma castissima elevação moral.

Luiz Teixeira de Sampaio conseguira no Faial converter o coração de Arriaga á adoração de José Estevam. Assim o declarou deante dos aveirenses na sua conferencia de 20 de maio de 1909.

E fallando commigo no dia seguinte, disse-me que em Epicteto encontrára uma maxima, que tem sido o grande bordão da sua existencia: *Amplia todos os prazeres que te pode dar a natureza, restringe todos os que dependem dos outros homens.*

Eis o segredo da sua isenção.

Quando foi nomeado reitor da Universidade envieli-lhe um telegramma:

Até que afinal entra na Universidade quem de ha muito tempo lá devia estar.

Agora que elle ascendeu á presidencia da Republica envieli-lhe outro:

Mais uma vez se confirma que a virtude não é uma palavra vã.

Mello Freitas



Dr. Manuel d'Arriaga

(1.º Presidente da Republica Portugueza)

não trepidou um instante em defeza da sua bandeira de paz e de confraternisação. A sua valentia é a d'um estoico, a quem nem a insidia, nem a protervia, nem a audacia de adversarios é jámais capaz de desarmar, porque a sua bondade não conhece limites e porque o seu coração é o broquel das suas acções.

Filho d'um fidalgo absolutista, a influencia de meia duzia de bellos livros de Victor Hugo, Michelet e Edgar Quinet levaram-no, adolescente, cheio de ternura, flor que desabrocha, orvalhada pelo rocio da madrugada, quando as cotovias cantam e sobem a saudar o sol radiante, levaram-no, diziamos, a compadecer-se do infortunio, chorando lagrimas sincéras de piedade pelos desgraçados e infelizes, victimas do machinismo complicado, e por vezes cruel, da sociedade.

Com esta orientação veio

frouxou, nem succumbio. Pediu á leccionação particular os recursos indispensaveis á vida, e emancipando-se d'uma tutela que o pretendia vexar, entregou-se d'alma e coração ao cumprimento do dever.

Os revezes servem a aquilatar os homens, e quanto maiores, mais a sua figura se destaca, quando uma faisca divina os alenta e impulsiona. Louro e gentil, poeta e tribuno, a sua palavra inflamou a geração academica, a que pertenceu.

Anthero do Quental, Theophilo Braga, Eça de Queiroz foram seus contemporaneos e era tal a sua sinceridade, que o primeiro, encontrado sobre a cama de Manuel d'Arriaga, n'uma tarde calmosa, explicou que estava ali a vér se se lhe pegava a *ingenuidade do dono.*

Os saraus requestavam a palavra quente e persuasiva de Arriaga, e nas aulas elle

Forjaz, o craneo de Bastiat, empalideceu d'espanto.

Correu um processo academico e salvou-o da raiva de aquelle conservador ferrenho o Conselho da Universidade, que teve em conta o talento e a caracter do joven estudante.

Existencia fervorosa, honesta e simples, nunca esmoreceu deante de perigo d'uma carreira cortada.

A sua tenacidade democratica, *sans peur e sans reproche*, afastou-o da cathedra universitaria.

Indo para Lisboa estabeleceu banca de advogado, e todos sabem a consciencia e o calor com que elle se apaixonava pelas causas dos seus clientes, e como no tribunal a sua auctoridade e a sua eloquencia se impunham.

Professor do lyceu de Lisboa e leccionista, ganhou o seu pão com o amargo suor do seu trabalho indefesso.

de luva branca, discutindo principios e persuadindo.

No centenário de Camões, em 1880, na questão de Lourenço Marques em 1881, na proposta de accusação criminal de Marianno de Carvalho, em 1890, abalisou-se como um patriota, a quem captivam as glorias lidimas do paiz e a quem irritam a impunidade e a prepotencia dos aulicos e mandões.

Preterido nos concursos para a Escola Polytechnica, sacudido do ensino do lyceu pela firmeza irrefragavel das suas ideias, foi no trabalho assiduo que elle se retemperou para as luctas da vida, sem o vislumbre d'um desfalecimento.

D. Luiz I pretendeu captal-o, propondo-lhe o logar de professor de seus filhos.

Repudiou a offerta, com o cavalheirismo que é o timbre da sua educação aprimorada.

Coisas & tal

E agora?

A eleição do presidente da Republica levou o sr. Jayme Lima, collaborador assíduo do diario democratico portuense, *Educação Nacional*, a dirigir aos seus leitores, fazendo-a seguir de varios considerandos descabidos e impertinentes, esta pergunta:—*E agora?*

Agora, sr. doutor, que a Republica em Portugal tem o seu chefe supremo, o seu parlamento e foi já reconhecida por diversas nações estrangeiras, resta que todos os bons, todos os honestos, todos os que sincramente amam a sua Patria se deem as mãos e ajudem os governos a reconstruir o que a monarchia arruinou, em vez de lhes crear obstáculos e estorvar a sua acção, como pretende o sr. Jayme Lima, conhecido reaccionario e por isso mesmo desafecto ás novas instituições. Se assim acontecer, não se afflija o sr. Jayme Lima com o perigo que a Patria possa correr, porque ella não desaparecerá. A Republica ha-de saber defende-la e defender-se dos seus inimigos internos e externos que é, afinal, o que pesa ao sr. Jayme Lima, n'este momento...

Terrível

N'um jornal de Lisboa depaíramos hontem com este telegrama do seu correspondente de Paris:

«PARIS, 30.—Homem Christo, filho, declara hoje na *Auctorité* que vai partir para Roma, para exigir explicações ao auctor do artigo do *Il Messagero*, que a elle se referiu ha dias em termos que não lhe abonam nada a honestidade.

Ao mesmo tempo que apparecia na *Auctorité* esta declaração, espalhou-se em Paris a noticia de que este Homem Christo herdou uma grande fortuna.

Tanto a declaração publicada na *Patrie* como a noticia publicada sobre a herança de Homem Christo, deu-se aqui o pouco credito que merecem as informações d'este ex-anarchista, hoje transformado em conspirante ás ordens de um rei exilado.—S.

Tem sua graça, esta, do *Caréquinha* ir a Roma pedir explicações ao auctor do artigo do *Il Messagero*. E por uma razão muito simples: é que o propagandista da *Cosmopolia*, a respeito de virtudes são como as do pae, se é que ainda lhe não levou a palma.

Paciencia

Negou-se terminantemente a dar-nos a desejada lição, o jornal do sr. Albano de Mello que quasi sempre que comosco tem qualquer peguinho, termina com palavras identicas ás que escreveu no penultimo numero.

E' ferro, porque esperavamos por essa lição como quem espera pela vinda de Deus...

O que faz o ter gosto de aprender... com bons mestres...

Se Deus disse...

Com data de 22 de agosto findo informa o *Primeiro de Janeiro*, em correspondencia de Espinho:

«Lavra profunda excitação na freguezia d'Anta, concelho da Feira, por ter apparecido pejada, Gracinda Rodrigues Pereira, da congregação das *filhas de Maria*, e esta haver confessado perante o regedor e testemunhas ser o seu estado obra do abbado, que se ausentou da freguezia. O povo, indignado, não tem consentido terço ás tardes, agrupando-se e correndo as beatas. Temem-se conflitos sangrentos se o abbado, conhecido reaccionario, tentar regressar. Urgem immediatas providencias.»

Agora percebemos porque muitas raparigas novas dão o cavaquinho por passarem o tempo nas egrejas e pertencem á tal collectividade das *filhas de Maria* de que o padre Salomão fallava do alto dos pulpitos. As *serigaitas* sabendo d'aquella phrase proferida por Deus Nosso Senhor Jesus Christo—*crececi e multiplicaveis*—estão sempre á espera do momento em que possam ir fazer queixa ao regedor das *gracinhas* do abbado, como succedeu com a *ingenua* Gracinda...

O que faz uma pessoa querer alcançar o ceu...

Um pulhastre

Dizem-nos de Lisboa, que anda por lá um conhecido vadio, frequentador assíduo de casas de prostituição, que se inculca amigo intimo do sr. ministro do interior, a badalar sandices contra varios republicanos d'Aveiro, envolvendo n'uma sordida intriga com o sentido de a desprestijiar, determinando auctoridade e tudo por causa d'um emprego rendoso a que se julga com direito quando nem para varredor d'estrada tem competencia.

A pessoa que nos escreve pede que lhe applicemos o devido correctivo; mas nós temos tanto nojo da creatura, a sua vida é tão asquerosa e tão cheia de miserias, n'aquelle corpo pequeno e roliço ha tanta devassidão emprazada, que se lhe tocamos, decerto não ha desinfectantes que cheguem para contrapor ao cheiro mau que da porcaria costuma brotar. Entretanto descance o amigo que se interessa pelas coisas d'Aveiro, porque nós não dormimos... Estamos alerta e com os olhos bem abertos.

Nada de receios

Estamos habilitados a poder afirmar categoricamente que o regimento de infantaria 24, que tem a sua sede n'esta cidade, não sae de Aveiro por falta de aquartelamento, nem por qualquer outro motivo. O regimento fica e até que se resolva qual ha-de ser a sua nova residencia, o seu antigo quartel o espera no regresso da fronteira onde se encontra disposto a defender a Patria e a Republica.

Descansem, pois, os que receiam que elle seja collocado n'outra parte.

Os Pedros

Ficaram muito contentes com o resultado da eleição presidencial os *pedros-christos-mijaretas* de Aveiro a quem a boa marcha da Republica continua a interessar grandemente...

Logo calculámos. Os *pedros* não são creaturas tão para desprezar como muitos supõem.

Elles ageitam-se...

Respigando

D'um artigo do sr. Jayme Lima na *Educação Nacional*, intitulado—*A vertigem politica*:

Quando os bandos gritam acclamando presidentes, passam rebeldes pedindo pão para os famintos, um texto para os desprotegidos, caridade para os enfermos, respeito para o trabalho. Passam os apóstolos d'aquellas simples obrigações christãs que na politica se chamaram obrigações sociaes. Mas são poucos os apóstolos e, por muito alto que queiram fallar, logo a voz se lhes perde no bradar dos possessores d'um egoismo inclemente e doído.

Um ajuntamento de duzentas pessoas deu ao paiz uma constituição politica e assegura-lhe que com ella lhe traz um paraizo que começa por um inferno.

Não haverá outras duzentas pessoas, pelo menos, que lhe possam dar uma constituição moral prometendo menos glorias e garantindo apenas o triumpho da modestia, da honestidade, da justiça e da paz?

Aneeja por ella a nossa terra...

E que faz o sr. dr. Jayme Lima que não offerece o seu esforço, o seu sacrificio, o seu trabalho desinteressado para esse fim? Porque não lembrou e pôz em pratica a quando da estada no poder do nefasto ministerio João Franco as ideias que tão sollicitamente vem expandindo depois da proclamação da Republica, no diario *democratico* do Porto? Onde estava então o patriotismo de s. ex.ª?

A estas perguntas não responde o sr. Jayme Lima, não, porque bem sabe a figura tristissima que fez durante esse periodo. Mas nós aqui estamos e estaremos para lhe dizer e provar que se alleguem tem menos direito de fallar e discutir a obra da Republica, esse alguém é s. ex.ª

Por muitas razões...

Senado e Congresso

Depois da eleição do presidente da Republica, a Constituinte desdobrou-se, como naturalmente estava indicado, formando duas camaras que, segundo a lei fundamental, se chamarão *Senado e Congresso*, ou camara alta e camara baixa, nome por que eram conhecidas tambem as que existiam antes de 5 d'outubro. A primeira, cuja meza é composta dos cidadãos Anselmo Braamcamp Freire, presidente; Tasso de Figueiredo, vice-presidente e Bernardino Roque e Ladislau Pizarra, secretarios, ficou constituída pelos deputados Correia de Lemos, Ladislau Pizarra, João de Freitas, Bernardino Roque, Martins Cardoso, Pires de Carvalho, Pedro Martins, Alberto da Silveira, Arthur Costa, Leão Azedo, Bernardino Machado, José Maria Pereira, Correia Barreto, Sousa Dias, Manuel José d'Oliveira, Ribeiro de Seixas, Christovam Moniz, Eduardo d'Abreu, Goulart de Medeiros, Peres Rodrigues, Albano Coutinho, Estevam de Vasconcellos, Magalhães Basto, Alfredo Durão, José de Castro, Fernandes Costa, Rovisco Garcia, Thomaz Cabreira, Ricardo Paes Gomes, Cupertino Ribeiro, Affonso de Lemos, Eusebio Leão, Cer-

queira Coimbra, Anselmo Xavier, Rodrigues da Silva, Carlos Richter, Sousa Junior, Faustino da Fonseca, Arantes Pedrosa, Paes d'Almeida, Nunes da Matta, Luiz Fortunato da Fonseca, Miranda do Valle, Sousa Fernandes, Francisco Ochoá, Tasso de Figueiredo, Evaristo de Carvalho, Sousa Camara, José Padua, Pedro Botto Machado, Silva Barreto, Braamcamp Freire, Abilio Barreto, Antonio Pousada, Ramiro Guedes, Narciso da Cunha, Abel Botelho, José Relvas, Azevedo Gomes, Botelho de Sousa, Augusto Monjardino, Machado Serpa, Adriano Augusto Serpa, Adriano Augusto Pimenta, Celestino d'Almeida, Antonio Macieira, Magalhães Lima, Ladislau Parreira, Feio Terenas, Queiroz Montenegro e Silva Cunha, passando o Congresso a funcionar com os restantes sob a presidencia do sr. Forbes Bessa, que para esse effeito obteve maior numero de votos na eleição a que se procedeu, assim como Paes de Figueiredo, Thomé de Barros Queiroz, Balthazar Teixeira, Thiago Salles, Pereira Victorino e Jorge Nunes respectivamente vice-presidentes, primeiros e segundos secretarios.

Temos, pois, legalmente normalizada a Republica Portuguesa que a revolução de Outubro implantou e a que a nação de ha muito aspirava. Resta agora que os republicanos, quer na administração do paiz, quer nos processos a que hajam de recorrer para fazer valer os seus ideaes, a honrem afastando-se quanto possivel do caminho trilhado pelos politicos da monarchia afim de que a Republica se possa consolidar e manter indefinidamente.

ALFERES LEITE

Partiu na quarta-feira para Ovar, onde vai tratar da installação do quartel que terá de receber o batalhão de infantaria ultimamente ali collocado e de que fica fazendo parte, o nosso amigo e distincto official, alferes Leite.

Foi elle o commandante do Batalhão de Voluntarios, a quem se deve, na maior parte, todos os esforços e cuidados na instrucção ministrada áquelles recrutadas que pela sua vez lhes não faltava vontade e que nenhum d'elles, por certo, não deixou de ficar devedor d'uma attenção ao seu bom commandante.

Fica-o substituindo, o sr. tenente Figueiredo, que já bem conhece os voluntarios aos quaes, se não nos enganamos, por mais d'uma vez os honrou com o seu commando.

Na *gare* compareceram muitos officiaes, diversos cavalheiros e alguns voluntarios, porque a maior parte não conheceu a partida, a despedir-se do brioso official a quem não podendo abraçar então o fazemos agora, effusivamente, com um *truly shake-hand*—verdadeiro aperto de mão.

CARTA

Ainda sobre a politica que se tem feito e está fazendo no visinho concelho de Vagos, recebemos mais o que segue e a que nos abstemos de fazer qualquer comentario:

Cidadão director

No ultimo n.º do *Democrata* inseria o sr. Vasco Rocha uma declaração a proposito do escripto «Protestando—que o Jornal de Vagos publicou, a qual é absolutamente falsa.

O director do Jornal de Vagos, Vasco Rocha, leu o artigo antes de ser publicado, achou, como unico reparo, que elle não estava escripto de luva branca mas não se oppoz á sua inserção.

De resto, não comprehendo como possa este sr. protestar contra o referido escripto, quando é certo ter estado disposto a ir a Lisboa solicitar do ministro da justiça o annullamento da transferencia do escripto Lopes.

O artigo pertence-me e d'elle assumo a inteira responsabilidade.

Vagos, 28 d'agosto de 1911.

Antonio Vidal

O Democrata

vende-se em Aveiro, no kiosque da Praça Luiz Cypriano.

Os Voluntarios da Republica

Não vi se já alguém se lembrou de tomar o peso exacto, de medir o preciso valor absoluto á organização do voluntariado militar da Republica que vai tomando fóros de verdadeira instituição.

Logo após a revolução que depoz o regimen monarchico em 5 d'outubro, se levantou o receio de uma tentativa de restauração realista, por parte d'aquelles que tendo comido lautamente á mesa dos orçamentos e á custa do povo, não acceitariam de bom grado ter de ir, agora que estavam quasi a entrar na sobrezeza, comer para casa o pão que o diabo amassou com o suor do seu rosto, d'elles.

Consequentemente nasceu tambem, no espirito dos bons e velhos republicanos a convicção de que era necessario estarem preparados para a defeza das noyas instituições de que dependia o futuro e a felicidade da sua espoliada Patria.

D'aqui as multiphas manifestações de ciosa vigilancia que por todo o paiz se notaram, já na oferta de importantes donativos para applicar no que á Republica mais urgisse, já na actividade em todas as classes manifestada e traduzida em multiplices fórmulas de auxilios ás nascentes instituições, já na organização dos batalhões de voluntarios, a fórma mais flagrante porque o povo portuguez exteriorizou o seu amor pela Republica, batalhões que hoje se contam no paiz por muitas dezenas.

E' justamente a esta consideravel força da Republica que hoje quero referir-me, lembrando a necessidade de se olhar officialmente pela organização do voluntariado que se tornou já uma genuina instituição em que a Republica pode pôr a mais absoluta confiança, pois não se trata de automatados que cumprem passivamente o que a lei lhes ordena, mas de homens que voluntaria e alegremente abandonam o remanso do lar e se socego das suas officinas para irem offerecer á Republica o seu braço, o seu esforço, o seu peito, a vida quicá que deixarão no campo da batalha e entusiasmadamente se fôr ali que a Patria lhes exija o seu auxilio, o seu sangue, o sacrificio supremo da sua existencia e com este a subsistencia da familia e o futuro dos filhos.

Julgo não haver já districto algum do paiz onde não exista um batalhão d'esses bravos rapazes que espontaneamente se collocam de espingarda na mão na defeza da Republica, e se um ou outro existe em compensação existem n'outras localidades, dois, tres e mais.

Aqui, no Porto, ha quatro ou cinco; Lisboa tem mais de vinte, e pequenas terras ha que, não podendo organizar um batalhão, organizam companhias, e até simples pelotões.

No continente, portanto, não existem menos de trinta a trinta e cinco d'estes batalhões. E' certo que todos estes batalhões não têm a força que o regulamento de campanha e a nossa organização militar determinam para estas unidades, mas demos de barato que em média cada batalhão não conta mais de duzentos homens; teremos mais de 6:000 homens, soldados de primeira linha de *élite*, pôde dizer-se sem reboço, de que a Republica dispõe para a defenderem dos seus inimigos externos e... internos.

Dada já a importante força existente, de bons e bem instruidos soldados e a sympathia com que o voluntariado foi recebido em todo o paiz, pergunta-se se não deve o governo da Republica olhar desde já para esta bella e patriotica instituição, dando-lhe uma organização militar especial, e aproveitando assim um elemento importantissimo não só de momento para a defeza das instituições, principal fim com que taes batalhões se organizaram; mas de futuro para a defeza do paiz, de cujo exercito podem ser um nucleo de altissimo valor.

Parece-me que sim e n'esta ordem de ideias apresentarei alguns alvitreos.

Excepto Lisboa e Porto, nenhuma das outras capitães de districto pode por si fornecer gente bastante para organizar um batalhão em pé de guerra que, mesmo com tres companhias ascenderá a 750 homens de effectivo. Mas uma companhia de guerra pode organisar-se e para facilitar tal organização seria fixado o seu effectivo em 150 homens, effectivo das actuaes companhias da guarda republicana.

Cada capital de districto organizará, pois, uma companhia e nas sedes de concelho organizar-se-iam pelotões de 50 homens ou seções de 25, para constituir duas companhias, ficando portanto cada batalhão com tres companhias exactamente como os batalhões de infantaria da ultima organização militar.

Assim em cada districto haveria um batalhão de voluntarios com um effectivo de 450 homens, o que multiplicado pelos dezesete districtos do continente dava uma força de 7:650 homens bem instruidos, bem disciplinados e bons atiradores.

Acresce ainda que Lisboa e Porto podem organizar maior numero de unidades, como já tem, além da companhia constitutiva do batalhão districtal.

O Porto pode ter mais seis companhias, isto é, dois batalhões, e Lisboa que actualmente tem mais de vinte batalhões, transformal-os-ia em 19 companhias, uma que pertenceria ao batalhão districtal e as restantes seriam agrupadas em seis batalhões.

No continente poderia, portanto haver pelo menos 25 batalhões de Voluntarios da Republica numerados de 1 a 25 e com um effectivo total de 11:250 homens.

Como se armaria esta gente toda? De forma nenhuma á custa do Estado.

O voluntario não deve ser uma causa de despeza e tambem não pode esperar que seja armado com as espingardas destinadas ao exercito, pois 11:250 espingardas são aquellas com que arma tropas de infantaria de uma divisão em pé de guerra.

O armamento dos voluntarios seria adquirido dentro de cada districto por subscrição publica, auxiliada pelas camaras municipaes dos concelhos em que houvesse seções ou simples esquadras dos corpos de voluntarios.

As espingardas adoptadas no exercito são a Mauser para a infantaria e a Mauller para a cavallaria e a marinha.

Sendo ambas do mesmo calibre e ambas optimas espingardas, podia adquirir-se para os voluntarios a mais economica.

Não sei o prego porque ao Estado fica cada uma d'estas espingardas, mas recorde-me de que a antiga Kropatchek orçava por umas quatro libras.

O districto d'Aveiro, por exemplo, teria por subscrição publica com o auxilio das suas 17 camaras de dispender mais ou menos a somma de oito contos de réis, que não nos parece difficil de obter.

O armamento ficaria em poder das respectivas camaras, ou das juntas de parochia nas sedes de pequenas unidades que o não fôsem de concelho.

As munições de guerra ficariam a cargo das unidades militares mais proximas, além d'uma pequena quantidade em posse das mesmas camaras.

Até aqui não me parece difficil aproveitar como indico esse valioso elemento do voluntariado.

Apparece agora uma questão que precisa de mais ponderação e estudo, mas que tambem se pode resolver logica e rasoavelmente.

E' a questão do commando.

Começarei pelos postos inferiores.

A promoção ao posto de 2.º sargento será por concurso entre os cabos, de que haverá uma só cathetoria, e effectuada na unidade militar mais proxima, com praças d'essa mesma unidade, e pelos programmas militares.

Os segundos sargentos dos corpos de voluntarios serão para todos os effectos, excepto os de vencimentos, equiparados aos do exercito.

Estes segundos sargentos poderão, se o quizerem, concorrer aos postos de 1.º sargento do exercito, tendo para isso de fazer serviço n'um corpo de tropas de linha da arma, responder por companhia, etc., de fórma a satisfazerem ás mesmas condicções dos sargentos do exercito.

A promoção a 1.º sargento dos batalhões de voluntarios, far-se-ha como para a promoção a 2.º sargento, como no exercito, por concurso realizado na unidade mais proxima.

Os primeiros sargentos dos corpos de voluntarios formarão um quadro para a promoção por antiguidade a official, só podendo ascender a este posto todavia, depois de terem feito o curso da classe de sargentos que poderão frequentar como adidos, e n'este caso com vencimentos pagos pelo Estado, para os compensar da perda temporaria dos seus logares, n'um corpo de tropas da arma.

A promoção depois obedecerá ao estatuido para a promoção aos officiaes milicianos, cujas garantias terão.

Eis a largos traços, e salva melhor opinião e as modificações necessarias em face dos superiores interesses da nação, o que me parece razoavel que se faça quanto antes de fórma a aproveitar essa importante somma de boas vontades que para com a Republica representa o voluntariado a que me resta apenas accrescentar que nas suas fileiras só devem ser admitidos os cidadãos não sujeitos ao serviço militar, para não depauperar as fileiras do exercito, ou annullar o voluntariado, que no caso de uma mobilização ficaria sem soldados.

Assim, portanto, só entrariam nos batalhões de voluntarios os cidadãos desde os 16 annos até á sua chamada ás fileiras do exercito, os que tivessem completado o tempo da 2.ª reserva, os isentos pelos motivos que a lei actual do recrutamento prescreve, etc.

Este o meu alvitre pessoal que não me parece para desprezar e para o qual chamo a attenção do governo que o tomará na consideração que elle lhe merecer.

Humberto Beça.
Aspirante a official.

Relatorio

Recebemos o que á Assembleia Nacional Constituinte apresentou o illustre ministro dos negocios estrangeiros do governo provisório, sr. dr. Bernardino Machado e que pela leitura rapida das suas paginas a que a falta de tempo nos compelliu se nos affugou um trabalho de valor, como outra coisa não era de esperar do altissimo espirito de quem o subscrive.

Agradecemos e exemplar que nos foi enviado.

Linha do ramal

Parece ser ponto assente a construção da linha ferrea que ligue a estação com a cidade pelo lado do canal de S. Roque attendendo assim a companhia ás justas reclamações que n'este sentido lhe foram ultimamente dirigidas e á intervenção do sr. governador civil no assumpto, que até hoje ainda não se esquivou de tratar com aquella solicitude que desde que entrou em Aveiro já mais deixou de ter para tudo que diga respeito aos seus interesses materiaes.

Oxalá, visto que com esse melhoramento todos veem a lucrar como já dissémos: a cidade e a companhia.

Dr. Magalhães Lima

Esteve em Aveiro, com pouca demora, o velho democrata e nosso presadissimo amigo, sr. dr. Sebastião de Magalhães Lima, que já retirou para a capital.

CIRCULAR

Pelo nosso presado amigo e ardente republicano, sr. tenente Cesar da Costa Cabral, foi enviada no dia seguinte áquelle em que a Constituinte elegeu presidente da Republica o velho democrata, dr. Manuel d'Arriaga, a seguinte circular a todos os commandantes dos postos da Secção Fiscal d'Aveiro, de que elle é o mais graduado:

«Na marcha gloriosa que o governo da Republica, eleito pela revolução triumphante, tem per corrido desde o dia 5 d'outubro, é hoje um dos dias de maior solemnidade, porquanto, tendo o mesmo governo chegado á sua *étape* final, foi eleito o chefe da Nação Portuguesa.

O regimen com a sua constituição e presidente, teve a sanção juridica e a nação entrou no periodo d'uma perfeita normalidade e progressivo engrandecimento material e pessoal, quer aperfeiçoando e desenvolvendo o nosso fomento nacional e colonial, quer democratizando e educando os nossos cidadãos.

Isto não quer dizer que não continuemos sentinellas vigilantes da Republica.

A nação tem inimigos, áquem e além fronteiras.

A Companhia de Jesus é poderosa, e os seus agentes sem Patria nem consciencia procuram atrahir e preverter os entes fracos, e rastejando a occultas, retomar o logar d'onde o governo provisório da Republica, com tanta gloria, os expulsou.

Outros, que tudo mandando nos opprimiam e vexavam, e que, locupletando-se nos cofres do Estado, d'elles foram arredados, e que perdendo honraria e riquezas, tudo querem retomar.

São estes inimigos, jesuitas de sotaina, farda ou casaca que, só pensando nos seus interesses pessoais, não se importam de arrastar para os outros todas as calamidades...

LEI FUNDAMENTAL

A Constituição da Republica Portuguesa

(Continuando do n.º anterior)

SECÇÃO II

Do Poder Executivo

Art. 36.º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da Republica e pelos Ministros.

Art. 37.º O Presidente da Republica representa a Nação nas relações geraes do Estado, tanto internas como externas.

Da eleição do Presidente da Republica

Art. 38.º A eleição do Presidente da Republica realizar-se-ha em sessão especial do Congresso, reunido por direito proprio, no 60.º dia anterior ao termo de cada periodo presidencial.

Art. 39.º Só póde ser eleito Presidente da Republica o cidadão português, maior de 35 annos, no pleno gozo dos direitos civis e politicos, e que não tenha tido outra nacionalidade.

Art. 40.º São inelegiveis para o cargo de Presidente da Republica: a) As pessoas das familias que reinaram em Portugal;

Art. 41.º O Presidente eleito que for membro do Congresso perde immediatamente, por effeito da eleição, aquella qualidade.

Art. 42.º O Presidente é eleito por quatro annos e não póde ser reeleito durante o quadriennio immediato.

Art. 43.º Ao tomar posse do cargo, o Presidente pronunciará, em sessão conjunta das Camaras do Congresso, sob a Presidencia do mais velho dos Presidentes, esta declaração de compromisso: «Affirmo solemnemente, pela minha honra, manter e cumprir com lealdade e fidelidade a Constituição da Republica, observar as leis, promover o bem geral da Nação, sustentar e defender a integridade e a independencia da Patria Portuguesa».

Art. 44.º O Presidente não póde ausentar-se do territorio nacional, sem permissoão do Congresso, sob pena de perder o cargo.

Art. 45.º O Presidente perceberá um subsidio que será fixado antes da sua eleição e não poderá ser alterado durante o periodo do seu mandato.

Art. 46.º O Presidente póde ser destituido pelas duas Camaras reunidas em Congresso, mediante resolução fundamentada e approvada por dois terços dos seus membros e que claramente consigne a destituição, ou em virtude de condemnção por crime de responsabilidade.

Art. 47.º Compete ao Presidente da Republica: 1.º Nomear os Ministros de en-

tre os cidadãos portugueses elegiveis e demittir-los; 2.º Convocar o Congresso extraordinariamente, quando assim o exija o bem da Nação;

3.º Promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso, expedindo os decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das mesmas;

4.º Sob proposta dos Ministros, prover todos os cargos civis e militares e exonerar, suspender e demittir os respectivos funcionarios, na conformidade das leis e ficando sempre a estes resalvado o recurso aos tribunaes competentes;

5.º Representar a Nação perante o estrangeiro e dirigir a politica externa da Republica, sem prejuizo das attribuições do Congresso;

6.º Declarar, de acordo com os Ministros e por periodo não excedente a trinta dias, o estado de sitio em qualquer ponto do territorio nacional, nos casos de aggressão estrangeira ou grave perturbación interna, nos termos dos §§ 1.º, 2.º e 3.º do n.º 16.º do artigo 26.º d'esta Constituição;

7.º Negociar tratados de commercio, de paz e de arbitragem e ajustar outras convenções internacionais, submettendo-as á ratificação do Congresso.

Art. 48.º Os attribuições a que se refere o artigo antecedente serão exercidas por intermedio dos Ministros e nos termos do artigo 49.º

Art. 49.º Todos os actos do Presidente da Republica deverão ser referendados, pelo menos, pelo Ministro competente. Não o sendo, são nullos de pleno direito, não poderão ter execução e ninguem lhes deverá obediencia.

Art. 50.º Os Ministros não podem accumular o exercicio de outro emprego ou função publica, nem ser eleitos para a Presidencia da Republica, se não tiverem deixado de exercer o ser cargo seis mezes antes da eleição.

Art. 51.º Os membros do Congresso que aceitarem o cargo de Ministro não perderão o mandato.

Art. 52.º Applicam-se aos Ministros as prohibições e outras disposições enumeradas no artigo 21.º e seu paragrafo.

Art. 53.º Cada Ministro é responsavel politica, civil e criminalmente pelos actos que legalisar ou praticar.

Art. 54.º Os Ministros serão julgados, nos crimes de responsabilidade, pelos tribunaes ordinarios.

Art. 55.º Os ministros devem comparecer nas sessões do Congresso e teem sempre o direito de se fazer ouvir em defesa dos seus actos.

Art. 56.º De entre os Ministros, um d'elles, nomeado tambem pelo Presidente, será presidente do Ministerio e responderá não só pelos negocios da sua pasta, mas tambem pelos de politica geral.

Art. 57.º Nos primeiros quinze dias de janeiro, o Ministro das Finanças apresentará á Camara dos Deputados o Orçamento Geral do Estado.

Art. 58.º São crimes de responsabilidade os actos do Poder Executivo e seus agentes que attentarem: 1.º Contra a existencia politica da Nação;

2.º Contra a Constituição e o regime republicano democratico;

3.º Contra o livre exercicio dos Poderes do Estado;

4.º Contra o gozo e o exercicio dos direitos politicos e individuais;

5.º Contra a segurança interna do paiz;

6.º Contra a probidade da administração;

7.º Contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros publicos;

8.º Contra as leis organciaes votadas pelo Congresso.

Art. 59.º Compete ao Presidente da Republica: 1.º Nomear os Ministros de en-

SECÇÃO III

Do poder judicial

Art. 56.º O Poder Judicial da Republica terá por orgãos um Supremo Tribunal de Justiça e tribunaes de primeira e segunda instancia.

Art. 57.º O Supremo Tribunal de Justiça terá a sua sede em Lisboa. Os tribunaes de primeira e segunda instancia serão distribuidos pelo paiz, conforme as necessidades da administração da justiça o exigirem.

Art. 58.º Os juizes do quadro da magistratura judicial são vitalicios e inamoviveis; e as suas nomeações, demissões, suspensões, promoções, transferencias e collocações fora do quadro serão feitas nos termos da lei organica do Poder Judicial.

Art. 59.º E' mantida a instituição do Jury.

Art. 60.º A intervenção do jury será facultativa ás partes em materia civil e commercial, e obrigatoria em materia criminal, quando ao crime caiba pena mais grave do que a prisão correccional e quando os delictos forem de origem ou de caracter politico.

Art. 61.º Os juizes serão irresponsaveis nos seus julgamentos, salvo as excepções consignadas na lei.

Art. 62.º Nenhum juiz poderá aceitar do Governo funções remuneradas. Quando convier ao serviço publico, o Governo poderá requisitar os juizes que entender necessários para quaesquer commissões permanentes ou temporarias, sendo as nomeações feitas nos termos que a respectiva lei organica determinar.

Art. 63.º As sentenças e ordens do Poder Judicial serão executadas por officiaes judicarios privativos, aos quaes as autoridades competentes serão obrigadas a prestar auxilio quando invocado por elles.

Art. 64.º O Poder Judicial, desde que, nos feitos submettidos a julgamento, qualquer das partes impugnar a validade da lei ou dos diplomas emanados do Poder Executivo ou das corporações com autoridade publica, que tiverem sido invocados, apreciará a sua legitimidade constitucional ou conformidade com a Constituição e principios n'ella consagrados.

Art. 65.º Se algum Ministro for processado criminalmente, levado o processo até a pronuncia, o juiz communcial-o-ha ao Congresso que, em sessão conjunta das duas Camaras, decidirá se o Presidente da Republica deve ser immediatamente julgado ou se o seu julgamento deve realizar-se depois de terminadas as suas funções.

Art. 66.º Se algum Ministro for processado criminalmente, levado o processo até a pronuncia, o juiz communcial-o-ha á Camara dos Deputados, a qual decidirá se o Ministro deve ser suspenso e se o processo deve seguir no intervalo das sessões ou depois de findas as funções do arguido.

Dos Ministros

Art. 49.º Todos os actos do Presidente da Republica deverão ser referendados, pelo menos, pelo Ministro competente. Não o sendo, são nullos de pleno direito, não poderão ter execução e ninguem lhes deverá obediencia.

Art. 50.º Os Ministros não podem accumular o exercicio de outro emprego ou função publica, nem ser eleitos para a Presidencia da Republica, se não tiverem deixado de exercer o ser cargo seis mezes antes da eleição.

Art. 51.º Os membros do Congresso que aceitarem o cargo de Ministro não perderão o mandato.

Art. 52.º Applicam-se aos Ministros as prohibições e outras disposições enumeradas no artigo 21.º e seu paragrafo.

Art. 53.º Cada Ministro é responsavel politica, civil e criminalmente pelos actos que legalisar ou praticar.

Art. 54.º Os Ministros serão julgados, nos crimes de responsabilidade, pelos tribunaes ordinarios.

Art. 55.º Os ministros devem comparecer nas sessões do Congresso e teem sempre o direito de se fazer ouvir em defesa dos seus actos.

Art. 56.º De entre os Ministros, um d'elles, nomeado tambem pelo Presidente, será presidente do Ministerio e responderá não só pelos negocios da sua pasta, mas tambem pelos de politica geral.

Art. 57.º Nos primeiros quinze dias de janeiro, o Ministro das Finanças apresentará á Camara dos Deputados o Orçamento Geral do Estado.

Art. 58.º São crimes de responsabilidade os actos do Poder Executivo e seus agentes que attentarem: 1.º Contra a existencia politica da Nação;

2.º Contra a Constituição e o regime republicano democratico;

3.º Contra o livre exercicio dos Poderes do Estado;

4.º Contra o gozo e o exercicio dos direitos politicos e individuais;

5.º Contra a segurança interna do paiz;

6.º Contra a probidade da administração;

7.º Contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros publicos;

8.º Contra as leis organciaes votadas pelo Congresso.

Art. 59.º Compete ao Presidente da Republica: 1.º Nomear os Ministros de en-

tre os cidadãos portugueses elegiveis e demittir-los;

2.º Convocar o Congresso extraordinariamente, quando assim o exija o bem da Nação;

3.º Promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso, expedindo os decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das mesmas;

4.º Sob proposta dos Ministros, prover todos os cargos civis e militares e exonerar, suspender e demittir os respectivos funcionarios, na conformidade das leis e ficando sempre a estes resalvado o recurso aos tribunaes competentes;

5.º Representar a Nação perante o estrangeiro e dirigir a politica externa da Republica, sem prejuizo das attribuições do Congresso;

6.º Declarar, de acordo com os Ministros e por periodo não excedente a trinta dias, o estado de sitio em qualquer ponto do territorio nacional, nos casos de aggressão estrangeira ou grave perturbación interna, nos termos dos §§ 1.º, 2.º e 3.º do n.º 16.º do artigo 26.º d'esta Constituição;

7.º Negociar tratados de commercio, de paz e de arbitragem e ajustar outras convenções internacionais, submettendo-as á ratificação do Congresso.

Art. 48.º Os attribuições a que se refere o artigo antecedente serão exercidas por intermedio dos Ministros e nos termos do artigo 49.º

Art. 49.º Todos os actos do Presidente da Republica deverão ser referendados, pelo menos, pelo Ministro competente. Não o sendo, são nullos de pleno direito, não poderão ter execução e ninguem lhes deverá obediencia.

Art. 50.º Os Ministros não podem accumular o exercicio de outro emprego ou função publica, nem ser eleitos para a Presidencia da Republica, se não tiverem deixado de exercer o ser cargo seis mezes antes da eleição.

Art. 51.º Os membros do Congresso que aceitarem o cargo de Ministro não perderão o mandato.

Art. 52.º Applicam-se aos Ministros as prohibições e outras disposições enumeradas no artigo 21.º e seu paragrafo.

Art. 53.º Cada Ministro é responsavel politica, civil e criminalmente pelos actos que legalisar ou praticar.

Art. 54.º Os Ministros serão julgados, nos crimes de responsabilidade, pelos tribunaes ordinarios.

Art. 55.º Os ministros devem comparecer nas sessões do Congresso e teem sempre o direito de se fazer ouvir em defesa dos seus actos.

Art. 56.º De entre os Ministros, um d'elles, nomeado tambem pelo Presidente, será presidente do Ministerio e responderá não só pelos negocios da sua pasta, mas tambem pelos de politica geral.

Art. 57.º Nos primeiros quinze dias de janeiro, o Ministro das Finanças apresentará á Camara dos Deputados o Orçamento Geral do Estado.

Art. 58.º São crimes de responsabilidade os actos do Poder Executivo e seus agentes que attentarem: 1.º Contra a existencia politica da Nação;

2.º Contra a Constituição e o regime republicano democratico;

3.º Contra o livre exercicio dos Poderes do Estado;

4.º Contra o gozo e o exercicio dos direitos politicos e individuais;

5.º Contra a segurança interna do paiz;

6.º Contra a probidade da administração;

7.º Contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros publicos;

8.º Contra as leis organciaes votadas pelo Congresso.

Art. 59.º Compete ao Presidente da Republica: 1.º Nomear os Ministros de en-

tre os cidadãos portugueses elegiveis e demittir-los;

2.º Convocar o Congresso extraordinariamente, quando assim o exija o bem da Nação;

3.º Promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso, expedindo os decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das mesmas;

4.º Sob proposta dos Ministros, prover todos os cargos civis e militares e exonerar, suspender e demittir os respectivos funcionarios, na conformidade das leis e ficando sempre a estes resalvado o recurso aos tribunaes competentes;

5.º Representar a Nação perante o estrangeiro e dirigir a politica externa da Republica, sem prejuizo das attribuições do Congresso;

6.º Declarar, de acordo com os Ministros e por periodo não excedente a trinta dias, o estado de sitio em qualquer ponto do territorio nacional, nos casos de aggressão estrangeira ou grave perturbación interna, nos termos dos §§ 1.º, 2.º e 3.º do n.º 16.º do artigo 26.º d'esta Constituição;

7.º Negociar tratados de commercio, de paz e de arbitragem e ajustar outras convenções internacionais, submettendo-as á ratificação do Congresso.

Art. 48.º Os attribuições a que se refere o artigo antecedente serão exercidas por intermedio dos Ministros e nos termos do artigo 49.º

Art. 49.º Todos os actos do Presidente da Republica deverão ser referendados, pelo menos, pelo Ministro competente. Não o sendo, são nullos de pleno direito, não poderão ter execução e ninguem lhes deverá obediencia.

Art. 50.º Os Ministros não podem accumular o exercicio de outro emprego ou função publica, nem ser eleitos para a Presidencia da Republica, se não tiverem deixado de exercer o ser cargo seis mezes antes da eleição.

Art. 51.º Os membros do Congresso que aceitarem o cargo de Ministro não perderão o mandato.

Art. 52.º Applicam-se aos Ministros as prohibições e outras disposições enumeradas no artigo 21.º e seu paragrafo.

Art. 53.º Cada Ministro é responsavel politica, civil e criminalmente pelos actos que legalisar ou praticar.

Art. 54.º Os Ministros serão julgados, nos crimes de responsabilidade, pelos tribunaes ordinarios.

Art. 55.º Os ministros devem comparecer nas sessões do Congresso e teem sempre o direito de se fazer ouvir em defesa dos seus actos.

Art. 56.º De entre os Ministros, um d'elles, nomeado tambem pelo Presidente, será presidente do Ministerio e responderá não só pelos negocios da sua pasta, mas tambem pelos de politica geral.

Art. 57.º Nos primeiros quinze dias de janeiro, o Ministro das Finanças apresentará á Camara dos Deputados o Orçamento Geral do Estado.

Art. 58.º São crimes de responsabilidade os actos do Poder Executivo e seus agentes que attentarem: 1.º Contra a existencia politica da Nação;

2.º Contra a Constituição e o regime republicano democratico;

3.º Contra o livre exercicio dos Poderes do Estado;

4.º Contra o gozo e o exercicio dos direitos politicos e individuais;

5.º Contra a segurança interna do paiz;

6.º Contra a probidade da administração;

7.º Contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros publicos;

8.º Contra as leis organciaes votadas pelo Congresso.

Art. 59.º Compete ao Presidente da Republica: 1.º Nomear os Ministros de en-

tre os cidadãos portugueses elegiveis e demittir-los;

2.º Convocar o Congresso extraordinariamente, quando assim o exija o bem da Nação;

3.º Promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso, expedindo os decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das mesmas;

4.º Sob proposta dos Ministros, prover todos os cargos civis e militares e exonerar, suspender e demittir os respectivos funcionarios, na conformidade das leis e ficando sempre a estes resalvado o recurso aos tribunaes competentes;

5.º Representar a Nação perante o estrangeiro e dirigir a politica externa da Republica, sem prejuizo das attribuições do Congresso;

6.º Declarar, de acordo com os Ministros e por periodo não excedente a trinta dias, o estado de sitio em qualquer ponto do territorio nacional, nos casos de aggressão estrangeira ou grave perturbación interna, nos termos dos §§ 1.º, 2.º e 3.º do n.º 16.º do artigo 26.º d'esta Constituição;

7.º Negociar tratados de commercio, de paz e de arbitragem e ajustar outras convenções internacionais, submettendo-as á ratificação do Congresso.

Art. 48.º Os attribuições a que se refere o artigo antecedente serão exercidas por intermedio dos Ministros e nos termos do artigo 49.º

Art. 49.º Todos os actos do Presidente da Republica deverão ser referendados, pelo menos, pelo Ministro competente. Não o sendo, são nullos de pleno direito, não poderão ter execução e ninguem lhes deverá obediencia.

Art. 50.º Os Ministros não podem accumular o exercicio de outro emprego ou função publica, nem ser eleitos para a Presidencia da Republica, se não tiverem deixado de exercer o ser cargo seis mezes antes da eleição.

Art. 51.º Os membros do Congresso que aceitarem o cargo de Ministro não perderão o mandato.

Art. 52.º Applicam-se aos Ministros as prohibições e outras disposições enumeradas no artigo 21.º e seu paragrafo.

Art. 53.º Cada Ministro é responsavel politica, civil e criminalmente pelos actos que legalisar ou praticar.

Art. 54.º Os Ministros serão julgados, nos crimes de responsabilidade, pelos tribunaes ordinarios.

Art. 55.º Os ministros devem comparecer nas sessões do Congresso e teem sempre o direito de se fazer ouvir em defesa dos seus actos.

Art. 56.º De entre os Ministros, um d'elles, nomeado tambem pelo Presidente, será presidente do Ministerio e responderá não só pelos negocios da sua pasta, mas tambem pelos de politica geral.

Art. 57.º Nos primeiros quinze dias de janeiro, o Ministro das Finanças apresentará á Camara dos Deputados o Orçamento Geral do Estado.

Art. 58.º São crimes de responsabilidade os actos do Poder Executivo e seus agentes que attentarem: 1.º Contra a existencia politica da Nação;

2.º Contra a Constituição e o regime republicano democratico;

3.º Contra o livre exercicio dos Poderes do Estado;

4.º Contra o gozo e o exercicio dos direitos politicos e individuais;

5.º Contra a segurança interna do paiz;

6.º Contra a probidade da administração;

7.º Contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros publicos;

8.º Contra as leis organciaes votadas pelo Congresso.

Art. 59.º Compete ao Presidente da Republica: 1.º Nomear os Ministros de en-

tre os cidadãos portugueses elegiveis e demittir-los;

2.º Convocar o Congresso extraordinariamente, quando assim o exija o bem da Nação;

3.º Promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso, expedindo os decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das mesmas;

4.º Sob proposta dos Ministros, prover todos os cargos civis e militares e exonerar, suspender e demittir os respectivos funcionarios, na conformidade das leis e ficando sempre a estes resalvado o recurso aos tribunaes competentes;

5.º Representar a Nação perante o estrangeiro e dirigir a politica externa da Republica, sem prejuizo das attribuições do Congresso;

6.º Declarar, de acordo com os Ministros e por periodo não excedente a trinta dias, o estado de sitio em qualquer ponto do territorio nacional, nos casos de aggressão estrangeira ou grave perturbación interna, nos termos dos §§ 1.º, 2.º e 3.º do n.º 16.º do artigo 26.º d'esta Constituição;

7.º Negociar tratados de commercio, de paz e de arbitragem e ajustar outras convenções internacionais, submettendo-as á ratificação do Congresso.

Art. 48.º Os attribuições a que se refere o artigo antecedente serão exercidas por intermedio dos Ministros e nos termos do artigo 49.º

Art. 49.º Todos os actos do Presidente da Republica deverão ser referendados, pelo menos, pelo Ministro competente. Não o sendo, são nullos de pleno direito, não poderão ter execução e ninguem lhes deverá obediencia.

Art. 50.º Os Ministros não podem accumular o exercicio de outro emprego ou função publica, nem ser eleitos para a Presidencia da Republica, se não tiverem deixado de exercer o ser cargo seis mezes antes da eleição.

Art. 51.º Os membros do Congresso que aceitarem o cargo de Ministro não perderão o mandato.

Art. 52.º Applicam-se aos Ministros as prohibições e outras disposições enumeradas no artigo 21.º e seu paragrafo.

Art. 53.º Cada Ministro é responsavel politica, civil e criminalmente pelos actos que legalisar ou praticar.

Art. 54.º Os Ministros serão julgados, nos crimes de responsabilidade, pelos tribunaes ordinarios.

Art. 55.º Os ministros devem comparecer nas sessões do Congresso e teem sempre o direito de se fazer ouvir em defesa dos seus actos.

Art. 56.º De entre os Ministros, um d'elles, nomeado tambem pelo Presidente, será presidente do Ministerio e responderá não só pelos negocios da sua pasta, mas tambem pelos de politica geral.

Art. 57.º Nos primeiros quinze dias de janeiro, o Ministro das Finanças apresentará á Camara dos Deputados o Orçamento Geral do Estado.

Art. 58.º São crimes de responsabilidade os actos do Poder Executivo e seus agentes que attentarem: 1.º Contra a existencia politica da Nação;

2.º Contra a Constituição e o regime republicano democratico;

3.º Contra o livre exercicio dos Poderes do Estado;

4.º Contra o gozo e o exercicio dos direitos politicos e individuais;

5.º Contra a segurança interna do paiz;

6.º Contra a probidade da administração;

7.º Contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros publicos;

8.º Contra as leis organciaes votadas pelo Congresso.

Art. 59.º Compete ao Presidente da Republica: 1.º Nomear os Ministros de en-

tre os cidadãos portugueses elegiveis e demittir-los;

2.º Convocar o Congresso extraordinariamente, quando assim o exija o bem da Nação;

3.º Promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso, expedindo os decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das mesmas;

4.º Sob proposta dos Ministros, prover todos os cargos civis e militares e exonerar, suspender e demittir os respectivos funcionarios, na conformidade das leis e ficando sempre a estes resalvado o recurso aos tribunaes competentes;

5.º Representar a Nação perante o estrangeiro e dirigir a politica externa da Republica, sem prejuizo das attribuições do Congresso;

6.º Declarar, de acordo com os Ministros e por periodo não excedente a trinta dias, o estado de sitio em qualquer ponto do territorio nacional, nos casos de aggressão estrangeira ou grave perturbación interna, nos termos dos §§ 1.º, 2.º e 3.º do n.º 16.º do artigo 26.º d'esta Constituição;

7.º Negociar tratados de commercio, de paz e de arbitragem e ajustar outras convenções internacionais, submettendo-as á ratificação do Congresso.

Art. 48.º Os attribuições a que se refere o artigo antecedente serão exercidas por intermedio dos Ministros e nos termos do artigo 49.º

Art. 49.º Todos os actos do Presidente da Republica deverão ser referendados, pelo menos, pelo Ministro competente. Não o sendo, são nullos de pleno direito, não poderão ter execução e ninguem lhes deverá obediencia.

Art. 50.º Os Ministros não podem accum

